

4,5 milhões deixarão de declarar IR em 92

BRASÍLIA — As mudanças no Imposto de Renda incluídas na reforma tributária que o Governo pretende enviar ao Congresso até o fim deste mês, vão liberar cerca de 4,5 milhões de contribuintes de fazer a declaração anual. A reforma foi o principal assunto da reunião de ontem do Presidente Fernando Collor com a equipe econômica e as lideranças políticas do Congresso que apoiam o Governo.

A proposta de reforma tributária ainda não está fechada. Na quinta-feira, em nova reunião com o Presidente, a proposta deverá ser concluída.

De qualquer maneira, já está definido que haverá uma faixa de isenção do imposto e uma alíquota para as demais faixas, sendo que, para as pessoas com renda mais elevada, está prevista a cobrança de uma alíquota adicional. Este ano, 5,5 milhões de contribuintes foram obrigados a fazer a declaração do Imposto de Renda. Em 1992, pela proposta do Governo, esse número será reduzido para cerca

de um milhão, justamente aqueles que serão atingidos pela alíquota adicional. Dos demais contribuintes será exigida apenas a declaração de bens.

Na reunião de ontem, o Presidente Collor e a equipe econômica analisaram a conveniência de se eliminar uma série de taxas e contribuições que oneram e complicam a vida do contribuinte. Chegou-se à conclusão de que, antes de eliminar essas taxas, será feita uma consulta aos ministérios e órgãos que delas se beneficiam. São cerca de 30 taxas e a intenção é acabar com a maioria delas.

Amanhã, em reunião com a Comissão Empresarial de Competitividade, o Governo vai tentar convencer os empresários da necessidade urgente da reforma. Ficou decidido que o Secretário da Fazenda Nacional, Luiz Fernando Wellisch, vai mostrar que essa será uma reforma de emergência para o equilíbrio das contas públicas, até que a reforma estrutural, de maior fôlego, seja aprovada.